



JULGAMENTO DE RECURSO

Pregão Eletrônico nº 90007/2024

Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas que compõem os edifícios sob responsabilidade da administração central do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), localizados no Distrito Federal, bem como para a realização de eventuais serviços de engenharia, sob demanda.

Tipo de Licitação: Pregão - Menor Preço Global

Processo Administrativo nº 19958.100351/2023-33

Recorrente: IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A, CNPJ nº 05.208.211/0001-38.

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Do Recurso e Contrarrazão

1.1.1. Recurso apresentado pela empresa **IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A**, CNPJ nº **05.208.211/0001-38**, doravante denominada **RECORRENTE**, contra decisão do pregoeiro que inabilitou a referida empresa durante sessão do **Pregão Eletrônico nº 90007/2024**.

1.1.2. No mesmo pregão, foi declarada vencedora do certame a empresa **ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A**, CNPJ nº **33.373.325/0001-79**, doravante denominada **RECORRIDA**.

1.1.3. A sessão pública de abertura do Pregão Eletrônico nº 90007/2024 foi iniciada no dia 11 de setembro de 2024, às 10:00 horas, e se encerrou em 24 de setembro de 2024, às 15:57 horas.

1.1.4. Após análise da proposta e documentação de habilitação, em conjunto com a área técnica demandante do serviço, bem como da realização de diligências, a empresa **IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A**, 2ª colocada na fase de lances, teve sua proposta desclassificada por não atendimento à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional exigida nos itens 8.36.4, 8.36.9, 8.36.14, 8.36.15, 8.36.16, 8.43.1.2.3, 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de Referência.

1.1.5. Em continuidade, a empresa **ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A**, 4ª colocada na fase de lances, teve sua proposta aceita e foi declarada habilitada.

1.1.6. Sendo assim, antes do encerramento da sessão, fora concedido prazo para recurso, conforme preconiza a legislação, bem como previsão editalícia. As empresas **ATLANTICO ENGENHARIA LTDA**, CNPJ nº 14.3555.750/0001-90, e **IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A**, CNPJ nº 05.208.211/0001-38, manifestaram-se dentro do prazo quanto à intenção de recorrer.

1.1.7. Contudo, a empresa **ATLANTICO ENGENHARIA LTDA** apresentou sua desistência quanto ao pleito recursal (3489848).

1.1.8. Somente a empresa **IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A** apresentou seu recurso administrativo, detalhado no Anexo SEI nº 3489862.

1.1.9. Por outro lado, a empresa **ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A** apresentou a sua contrarrazão, detalhada no Anexo SEI nº 3489907.

1.1.10. A área técnica, que compreende a área demandante e responsável pelo planejamento da contratação, apresentou a Nota Técnica SEI nº 5648/2024/MTE (3497128).

1.1.11. Toda a documentação encaminhada pelas empresas encontra-se disponível a qualquer interessado no Portal de Compras Governamentais, assim como na instrução deste processo administrativo.

1.1.12. Inicialmente, recomendo a leitura do recurso e da contrarrazão apresentados, assim como a manifestação da área técnica, uma vez que os mesmos não serão reproduzidos na íntegra nesta instrução para julgamento.

1.2. Da Admissibilidade

1.2.1. O critério de aceitabilidade do recurso exige a manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer, tão logo seja declarado o vencedor do certame, conforme dispõe o artigo 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (grifos nossos)

1.2.2. Conforme registrado em ata, após a declaração da vencedora da licitação, a RECORRENTE manifestou imediata e motivadamente a intenção de recorrer contra a decisão do Pregoeiro, anexando ao sistema suas razões de recurso dentro do prazo de três dias úteis.

1.2.3. Assim, a peça recursal apresentada cumpre os requisitos de admissibilidade previstos na legislação, pelo que se passa à análise de suas alegações.

1.3. A seguir, examinaremos cada ponto discorrido na peça recursal da empresa RECORRENTE, em confronto com as contrarrazões da RECORRIDA e com a manifestação da Área Técnica, com a legislação e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos.

2. DAS ALEGAÇÕES E REQUERIMENTO DA RECORRENTE

2.1. Em síntese, a RECORRENTE alega:

(...)

Ao analisar a documentação da Recorrente, o pregoeiro decidiu inabilitá-la em razão de, supostamente, não preencher os requisitos do edital.

“Considerando a complexidade do objeto, apesar da proposta conter vícios sanáveis, não será solicitada sua correção, pois a empresa da IN HAUS INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE LOGÍSTICA S/A estaria posteriormente inabilitada em função de não atendimento aos itens 8.36.4, 8.36.9, 8.36.14 a 8.36.16, 8.43.1.2.3, 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de

Referência, anexo do Edital, o que anularia a avaliação de sua proposta comercial.”

Com devida vênia, a decisão que inabilitou a Recorrente não pode prosperar, eis que todos os questionamentos suscitados, em relação à documentação de habilitação, foram esclarecidos, estando devidamente comprovado que a empresa possui larga expertise nos serviços objeto do edital.

(...)

DA INQUESTIONÁVEL CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA RECORRENTE

Como dito em linhas anteriores, a empresa justificou a compatibilidade dos atestados e equipe técnica, inclusive indicando as folhas dos atestados. Vejamos:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

1. 1.1 Conforme Edital enviado e Atestado de capacidade Técnica, referente ao contrato com o Banco do Brasil, nas páginas 37, 39 e 43, os serviços são prestados, podemos solicitar ao cliente declaração complementar ao atestado.

2. 1.2 Conforme atestado Banco do Brasil pagina 3 item G.

3. 1.3 referente ao atendimento a NT 19, por se tratar de serviço especializado, os serviços serão subcontratados por empresa terceira.

Cabe ressaltar (*sic*) que o edital permite, expressamente, a subcontratação de empresas especializadas (4.3 do TR).

Já na Cláusula Quarta do contrato (4.4.1), está previsto que a contratada apresentará a contratante a documentação de habilitação de subcontratada.

A apresentação de documentação de habilitação da contratada, inclusive, poderá ser feita por meio da demonstração da qualificação técnica da subcontratada, conforme está previsto nos artigos 67, § 9º e 122 § 1º, ambos da Lei 14.133

Dessa forma, para fins de cumprimento da exigência prevista no subitem 8.36.16 do TR, apresentaremos a documentação de habilitação da empresa subcontratada.

4. 1.5 conforme atestado do Banco do Brasil – Andaraí pagina 11, e atestado Banco do Brasil DF página 7.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL ENGENHEIRO MECANICO:

1. 2.1 De acordo com a Cat do Engenheiro Mecânico Alexandre – Páginas 2.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL ARQUITETO:

2. 3.1 Conforme declaração do quadro técnico o Arquiteto Antônio (data de registro profissional 30/06/1983) e a Arquiteta Daiana Aparecida (data de registro profissional 08/11/2019) e o, comprovam a experiência de 5 anos exigida.

Com a devida vênia, em relação à capacidade técnica da empresa, do simples exame das páginas indicadas na resposta à diligência, resta evidente que a empresa comprou sua expertise (*sic*).

Especificamente, quanto à exigência trazida pelo subitem 8.36.16 do TR, necessário destacar que o credenciamento junto ao corpo de bombeiro não pode ser exigido como documento de habilitação, sendo razoável que somente seja exigido do licitante quando da prestação do serviço.

Ademais, necessário ressaltar que os serviços especificados no edital, que em tese legitimariam a exigência de credenciamento junto ao bombeiro, sequer são os mesmos serviços estipulados na NT 19, o que colocaria em xeque, inclusive, a legitimidade da exigência.

Assim, necessário ressaltar que a Constituição Federal (art. 37, XXI) prevê expressamente que somente serão exigidos documentos de qualificação técnica essenciais à execução do objeto (*sic*). Ora, se sequer os serviços estipulados no edital são os mesmos estipulados pela norma do bombeiro, não faz sentido exigir, como documento de habilitação, o prévio credenciamento dos licitantes para demonstrar que estão autorizados a executar serviços que nem constam no edital.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

Dessa forma, a inclusive que ser reavaliada (*sic*) a legitimada da exigência expressa no subitem 8.36.16 do TR. Pois, como dito, não faz sentido atestar capacidade para execução de serviços que sequer estão previstos no edital.

Ademais, mesmo que seja entendido que os atestados não são iguais aos serviços estipulados no edital, necessário esclarecer que é expressamente vedado pela Lei de licitações e pelo TCU que a administração exija, para fins de habilitação, comprovação da realização anterior de serviços idênticos aos especificados no edital.

Veja, que o art. 67, II da Lei 14.133/21, que dispõe que os atestados de capacidade técnica devem se referir a serviços **SIMILARES** em complexidade operacional.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

A fim de dar aplicabilidade à Lei, que o subitem 8.27 do termo de referência do edital, possibilitou aos licitantes demonstrem a sua capacidade técnica através de atestados similares em complexidade operacional.

Qualificação Técnico-Operacional

8.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Dito isso, na decisão que inabilitou a Recorrente, nos parece que essa administração somente aceitaria atestados referentes a serviços idênticos aos estipulados no edital, o que acaba por se tornar um ato desprovido de legalidade, **POIS ACABA POR ESVAZIAR O SENTIDO E ALCANCE DA LEI**, que legitima os licitantes comprovarem a sua capacidade técnica através de serviços similares, e não idênticos.

Nesse sentido, convém citar a redação súmula 263 do TCU, que ressalva que os atestados devem se referir a serviços semelhantes, e não idênticos, o que confirma o texto constitucional (art. 37, XXI), que determina que somente serão exigidas documento de habilitação essenciais à execução do objeto. Isso é uma premissa básica das licitações.

[SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.](#)

Nesse mesmo sentido, os Tribunais Regionais Federais firmaram entendimento de que os atestados devem ser aceitos na medida em que demonstrem a capacidade do licitante em serviço similar (*sic*).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL. COMPROVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

I Busca a parte agravante a reforma da decisão interlocutória de indeferimento da medida liminar requerida em sede de mandado de segurança com vistas a questionar a comprovação dos requisitos de habilitação da empresa classificada em primeiro lugar no processo licitatório regido pelo edital Pregão Eletrônico em licitação realizada pelo DNIT, especificamente quanto à comprovação da capacidade operacional. (...)

III Conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, permite-se a análise da capacidade operacional a partir da comprovação de capacidade na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, de modo a indicar o acerto na decisão em recurso administrativo conferida pelo DNIT quanto à comprovação da capacidade operacional diante dos seguintes fundamentos: "os insumos e equipamentos utilizados nos serviços são praticamente iguais, com pequenas variações nos percentuais de uso e consumo devido às características específicas dos ligantes" e "os serviços são compatíveis e possuem complexidades técnicas equivalentes, após análise com base no SICRO/DNIT - Sistema de Custos Referenciais de Obras/DNIT".

(...)

V Diante do acervo probatório que instruiu os autos de mandado de segurança, considero

suficientemente comprovada a demonstração da execução de quantitativos superiores aos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes ao objeto relacionado à capacidade operacional questionado pelo agravante, motivo pelo qual, em juízo de cognição sumária, não vislumbro fundamento apto a justificar a reforma da decisão agravada.

VI Agravo de instrumento não provido.

(AG 1011901-40.2024.4.01.0000, DESEMBARGADOR FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO, TRF1 - DÉCIMA-PRIMEIRA TURMA, PJe 27/08/2024 PAG.)

Como já dito, o TCU tem firme posicionamento no sentido de que os atestados devem se referir a serviços semelhantes, e não idênticos.

“Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.”

(Acórdão 449/2017 – Plenário)

“Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, **e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado**, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.”

(Acórdão 553/2016 – Plenário)

Assim, uma vez mais afirmamos que a Recorrente possui capacidade técnica muito superior ao objeto licitado, que decorre de vários anos de mercado, sempre realizado à contento os serviços contratados nas mais diversas esferas administrativas. Inclusive, a empresa presta serviço de manutenção em dos “data center” mais sensíveis do país (Banco do Brasil), onde é exigido um nível altíssimo de expertise e capacidade técnica. Assim, a Recorrente logra comprovar que detém expertise superior à exigida.

Por fim, quanto a qualificação de sua equipe técnica, impugnamos veementemente o entendimento de que a Recorrente não teria demonstrada a experiência da equipe.

Com a devida vênia, o edital apenas exigiu que experiência anterior da equipe, de 05 anos. O edital não determinou a forma como seria aferida. Assim temos que, o comprovante de inscrição no órgão competente seria documento hábil.

Com relação ao arquiteto Antônio, seria totalmente desarrazoado presumir que o mesmo não possui experiência na área, pois é registrado no órgão competente desde 1983, mais de 40 anos.

Dessa forma, não subsiste qualquer fundamento para questionar a experiência da operacional da empresa e da equipe técnica, devendo, portanto, ser reanalisada a sua documentação de habilitação, dessa vez com apoio na legislação e princípios correlatos às contratações públicas.

PEDIDOS

Por todo o exposto, requeremos a reforma da decisão que inabilitou a Recorrente, eis que está vastamente demonstrada que possui capacidade técnica significativamente superior às necessárias para execução do objeto, bem como sua equipe técnica é extremamente, e comprovadamente, competente, inclusive com demonstração de experiência anterior.

(grifos no original)

3. DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS

3.1. Em contraposição, a RECORRIDA alega, resumidamente:

(...)

II.1 – DA MANIFESTA AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA RECORRENTE

Como narrado nos fatos, a Recorrente foi inabilitada por desrespeitar por **inúmeros** requisitos estabelecidos em edital, sem a apresentação de documentos que comprovem a sua capacidade técnica, nos termos estabelecidos em edital, mesmo após a promoção de diligência requerida pelo Sr. Pregoeiro. Nesse sentido, destaca-se que cai sobre a Recorrente o ônus de comprovar o atendimento às exigências de qualificação técnica, ao passo que meras declarações não têm valor jurídico para fins de habilitação em

processos licitatórios.

A despeito das razões já expostas por essa Administração para inabilitar a Recorrente – as quais não foram rebatidas na peça recursal – esta Contrarrazoante se reporta às justificativas já apresentadas, em homenagem à economicidade processual, assim como faz os seguintes apontamentos complementares:

II.1.a – Da Qualificação Técnico-Operacional

Inicialmente, convém esclarecer que a Recorrente se equivoca ao se valer do instituto da subcontratação para fins de qualificação técnica. Isso porque a possibilidade de subcontratação, prevista no item 4.3 do Termo de Referência, não compõe a parcela de maior relevância do contrato e está restrita a execução dos seguintes serviços:

4.3.5 A subcontratação será admitida na execução dos serviços conforme a tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
4.	Serviços eventuais
5.	Serviços de montagem, desmontagem, fornecimento e instalação de divisórias
6.	Serviços de montagem e desmontagem e manutenção de mobiliário
7.	Serviços de sinalização visual
8.	Serviços de vidraçaria
9.	Serviços de manutenção de elevadores

O citado artigo 67, § 9º, da Lei n. 14.133/2021 faz alusão à possibilidade de se comprovar a qualificação técnica do potencial subcontratado. Por outro lado, os itens editalícios que levaram à inabilitação da Recorrente não guardam correlação com a parcela passível de subcontratação, mas sim de maior relevância do contrato, de modo que a comprovação de expertise prévia torna-se indispensável. Deste modo, não merece prosperar o seu argumento.

O item 8.36 do Termo de Referência, por sua vez, estabeleceu critérios mínimos e objetivos para se aferir a capacidade técnico-operacional das empresas que notoriamente não foram respeitados pela Recorrente. Para reforçar sua ausência de qualificação técnica, além dos itens flagrantemente não atendidos e constatados na fase de habilitação, acrescentam-se as seguintes irregularidades:

8.36.4. Comprovação de execução de projeto(s) e/ou fiscalização de obra(s) e/ou consultoria, na área de engenharia e/ou arquitetura, de modelagem digital BIM-3D de no mínimo 22.731,58 m² de área construída, com nível de detalhamento 200 (LOD 200);

Não atende. Ao observar o atestado BB DF KC (vigência:01/03/2016 a 28/02/2021 – Conbrás (CNPJ: 33.158.874/0001-20), não há descrição e outras informações necessárias quanto ao software utilizado.

8.36.7. Comprovação da execução de serviços em sistema de piso elevado com área de no mínimo 5.000 m²;

Não atende. Os atestados apresentados não dispõem do sistema de piso elevado com área de no mínimo 5.000 m².

8.36.13. Comprovação de que executou serviços de análise termográfica em quadros e barramentos elétricos de edifícios com área de 22.731,58 m²;

Não atende. Os atestados apresentados não dispõem da área mínima de 22.731,58 m².

8.36.14. Comprovação de que executou serviços de serviços de análise por equipamento de ultrassom em barramentos blindados (busway) com 1.250 KVA e com no mínimo 30 m de comprimento;

Não atende. Os atestados apresentados não demonstram o item acima.

8.36.15. Comprovação de que executou, no mínimo, 150 horas técnicas de consultoria/apoio técnico na área de engenharia e/ou arquitetura;

Não atende. Os atestados apresentados não demonstram o item acima.

8.36.16. Comprovação de credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) conforme NT 19 e NT 06 em plena validade;

Não atende. Em análise à CRD EMP-B/811-19 - validade 10/11/2023 a 09/11/2024 – nota-se ser prestadora de serviço de brigada de incêndio e não para manutenção dos sistemas de detecção e alarme de incêndio, na segurança e proteção de uma edificação, além de estar em nome da empresa TOP SERVICE, divergente da AGE de 18/07/2024.

No que concerne ao item 8.36.16 especificamente, ante o seu flagrante desatendimento, nota-se que a Recorrente busca **impugnar** o edital de forma extemporânea, o que viola o direito e, notadamente, o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**, princípio este corolário da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias.

Por conseguinte, a Recorrente deixa de observar sua própria **declaração**, como condição de participação do Pregão, que está ciente e concorda os termos do Edital e seus Anexos, conforme itens 4.4 c/c 4.4.1, abaixo transcritos:

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o **licitante declarará**, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está **ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos**, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório; (grifou-se)

Assim, torna-se despicienda a tentativa da Recorrente de trazer em debate a regularidade quanto ao credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros, seja por sua legalidade, seja por sua preclusão temporal.

Portanto, nesse tocante, os argumentos da Recorrente não podem ser conhecidos, haja vista sua contrariedade às regras editalícias, sendo este um momento inoportuno, o que se configuraria em **ilegalidade e quebra** de isonomia. Ademais, tampouco haveria **interesse recursal** nesse aspecto, haja vista que sua inabilitação persiste em razão de diversos outros itens supramencionados, sem afetar o resultado

II.1.b – Da Qualificação Técnico-Profissional

Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, o edital, de forma clara e objetiva, por meio do item 8.43.1 do Termo de Referência, estabelece o tempo e quais as atividades o arquiteto/engenheiro deverá possuir em seu acervo técnico, o que poderá ser comprovado meio da Certidão de Acervo Técnico (CAT), considerando o objeto licitado, como um serviço de engenharia.

Por sua vez, em uma interpretação singular e alheia ao edital, a Recorrente se atém somente ao tempo em que seus profissionais obtiveram registro junto aos Conselhos Profissionais, como se isso fosse o bastante. Contudo, isso apenas demonstra que o profissional está apto a exercer a atividade, mas não significa que, de fato, ele a exerce e tampouco qual seria a sua experiência no ramo específico da engenharia/arquitetura, em quais projetos trabalhou, sua complexidade etc.

Com efeito, a Recorrente parece desconhecer a Lei n. 6.496/1977, que instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), e a recente Resolução n. 1.137, de 31/03/2023, do CONFEA, a qual versa sobre a ART e o acervo técnico-profissional, dentre outros, em que se destaca o seu artigo 45:

Art. 45. O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.

No caso em apreço, sublinha-se que a Recorrente deixou de apresentar qualquer documentação que comprove a experiência dos profissionais nos serviços descritos nos itens 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de Referência, mesmo após a solicitação do Sr. Pregoeiro por meio de diligência. Deste modo, não há outra opção a não ser sua inabilitação, como bem decidido, nos termos da lei.

(...)

(grifos no original)

4. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Foi solicitado que a Unidade Demandante se manifestasse em relação ao conteúdo do recurso e da contrarrazão apresentados, o que foi feito por meio da Nota Técnica SEI nº 5648/2024/MTE (3497128).

4.2. Em função das questões técnicas do objeto ora licitado e do conteúdo extenso da referida Nota

Técnica, a mesma não será apresentada de forma resumida neste documento. Considero indispensável a sua leitura de forma integral.

4.3. É importante frisar que a Área Técnica apresentou as justificativas técnicas e observações utilizadas para a definição das exigências editalícias.

4.4. Ademais, houve revisão de todos os itens do Termo de Referência que levaram à desclassificação da RECORRENTE, assim como dos itens adicionais apontados pela RECORRIDA em sua contrarrazão como sendo de não cumprimento pela RECORRENTE.

5. DA ANÁLISE

5.1. Trata-se de recurso interposto pela empresa IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A contra decisão que inabilitou a RECORRENTE no Pregão Eletrônico nº 90007/2024.

5.2. A RECORRENTE fundamenta seu pedido de reconsideração no argumento de que *"está vastamente demonstrada que possui capacidade técnica significativamente superior às necessárias para execução do objeto, bem como sua equipe técnica é extremamente, e comprovadamente, competente, inclusive com demonstração de experiência anterior."*

5.3. A argumentação completa da RECORRENTE pode ser verificada no documento SEI nº 3489862. Porém, os argumentos foram postos em síntese no Item 2 deste documento.

5.4. De modo similar, como interessada na decisão a ser tomada sobre o recurso da RECORRENTE, a RECORRIDA apresentou suas contrarrazões (3489907), conforme sintentizado no Item 3 deste documento.

5.5. Por fim, a Área Demandante/Técnica emitiu a Nota Técnica SEI nº 5648/2024/MTE (3497128). Conforme indicado no Item 4 deste documento, sugere-se sua leitura de forma integral. Por tratar de questões técnicas do objeto ora licitado, ressalto que esta análise é embasada integralmente no que foi orientado pela equipe técnica demandante em sua Nota Técnica, e tem pleno amparo na legislação que dispõe sobre licitação.

5.6. Adentrando no mérito recursal, em que pese as alegações da IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A, empresa RECORRENTE, há de se ressaltar que, em primeiro lugar, este pregoeiro conduziu a licitação em observância a todos os preceitos e normas legais que regem sobre o assunto, pautado pela vinculação às regras previamente estabelecidas no edital de licitação, principalmente, em se tratando à observância dos princípios básicos da Administração estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. As condutas foram praticadas de maneira imparcial, ética e dentro da legalidade, visando atender exclusivamente ao interesse público, não havendo favorecimento ou suspeição nos atos praticados.

5.7. Os julgados da Administração Pública estão embasados, dentre outros, nos princípios gravados no art. 5º da Lei 14.133/2021, conforme segue:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

5.8. Dito isso, exponho abaixo as medidas adotadas e as ponderações formuladas que fundamentaram a decisão final.

5.9. **Sobre a inabilitação da IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A por não atendimento à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional exigida nos itens 8.36.4, 8.36.14, 8.36.15, 8.36.16, 8.43.1.2.3, 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de Referência. Retificação para dar atendimento ao item 8.36.9 do Termo de Referência.**

5.9.1. Para avaliação dos critérios de qualificação, durante a sessão pública, foi solicitado que a IN HAUS INDUSTRIAL apresentasse os seus documentos de habilitação. A RECORRENTE o fez anexando 64

arquivos diferentes, entre PDFs e arquivos compactados (.zip). Contudo, por vezes, os arquivos estavam duplicados, apenas com nomes diferentes. De qualquer forma, toda a documentação foi disponibilizada para a Área Técnica, a Coordenação-Geral de Engenharia (CGENG), que respondeu à primeira análise por meio da Nota Técnica SEI nº 5477/2024/MTE (3366173).

5.9.2. É fato que durante qualquer certame licitatório pode surgir a necessidade de complementação de informações, especialmente quando objeto de diligência, com objetivo de elucidar dúvidas e corrigir falhas. Tal prática visa dar oportunidade ao licitante de corrigir erros materiais e de complementar sua documentação com informações necessárias para confirmação de condições de habilitação exigidos no Edital e já apresentados, conforme citado no item 8.15 do Edital:

(...)

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

5.9.3. Diante da situação, em atendimento ao princípio do formalismo moderado e da razoabilidade, foi promovida diligência, realizada por meio do chat do sistema, no qual fora solicitado à In Haus (participante 05.208.211/0001-38), no dia 18/09/2024, às 10:05:47, o seguinte:

(...)

1. Quanto à Qualificação Técnico-Operacional:

1.1. Item 8.36.4 do TR: Comprovação de execução de projeto(s) e/ou fiscalização de obra(s) e/ou consultoria, na área de engenharia e/ou arquitetura, de modelagem digital BIM-3D de no mínimo 22.731,58 m² de área construída, com nível de detalhamento 200 (LOD 200).

1.2. Item 8.36.9 do TR: Comprovação de que executou contrato(s) relativos a manutenção preventiva e corretiva de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 275 KVA. OBS: Atestado apresentado sem identificação da capacidade mantida.

1.3. Item 8.36.15 do TR: Comprovação de que executou, no mínimo, 150 horas técnicas de consultoria/apoio técnico na área de engenharia e/ou arquitetura. OBS: Atestado apresentado sem descrição do número de horas executadas.

1.4. Item 8.36.16 do TR: Comprovação de credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) conforme NT 19 e NT 06 em plena validade.

OBS:

a) Atestado apresentado em nome da empresa TOP SERVICE SERVIÇOS E SISTEMAS S/A, CNPJ nº 00.973.749/0023-20;

b) atestado não consta habilitação em NT 19.

1.5. Item 8.36.14 do TR: Comprovação de que executou serviços de serviços de análise por equipamento de ultrassom em barramentos blindados (busway) com 1.250 KVA e com no mínimo 30 m de comprimento.

2. Quanto à Qualificação Técnico-Profissional – 8.43.1.2. Engenheiro Mecânico:

2.1. Experiência na elaboração de especificações técnicas, laudos, pareceres e relatórios técnicos na área de engenharia mecânica.

3. Quanto à Qualificação Técnico-Profissional – 8.43.1.3. Arquiteto:

3.1. Item 8.43.1.3.1. do TR: Experiência profissional de 05 (cinco) anos de atuação na área de Arquitetura.

3.2. Item 8.43.1.3.2 do TR: Realização de trabalhos em edificações protegidas como patrimônio histórico e cultural e/ou trabalho em adaptação de edificações para acessibilidade.

4. Ademais, é necessário que seja explicada a relação da In Haus Industrial e Serviços de Logística S/A com as empresas Conbrás Serviços Técnicos de Suporte LTDA, CNPJ nº 33.158.874/0001-20, Servetec Instalações e Manutenção LTDA, CNPJ nº 05.208.211/0001-38, e Top Service Serviços e Sistemas S/A, CNPJ nº 00.973.749/0023-20, de modo a demonstrar a aplicabilidade dos atestados apresentados em nome destas últimas, uma vez que se trata de qualificação técnico-operacional da licitante vencedora.

Considerando que os apontamentos indicados impossibilitariam sua futura habilitação, pedimos que informe a documentação que comprove a qualificação indicada, atentado-se ao item 8.15 do Edital.

5.9.4. No caso em questão, a RECORRENTE apresentou documentação duplicada e desorganizada, que dificultou a avaliação de sua habilitação técnica. Contudo, na tentativa de corrigir qualquer falha na

avaliação da documentação, foi dada oportunidade para que a RECORRENTE indicasse a localização das informações que comprovassem a qualificação exigida, e ainda anexasse documentação, de forma a complementar as informações já apresentadas, caso julgasse pertinente.

5.9.5. A RECORRENTE apresentou a Resposta à Diligência nº 01 (3378919) em conjunto com o Anexo SEI nº 3378951. A documentação foi novamente enviada para avaliação da Área Técnica, que se manifestou por meio do Despacho 3379635.

5.9.6. Como resultado, conforme Despacho 3379635, procedeu-se à inabilitação da RECORRENTE, considerando o não atendimento à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional exigida nos itens 8.36.4, 8.36.9, 8.36.14, 8.36.15, 8.36.16, 8.43.1.2.3, 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de Referência.

5.9.7. Já na fase recursal, diante dos questionamentos apresentados pela RECORRENTE em suas razões de recurso, os autos foram encaminhados para serem reavaliados pela Área Técnica, que se manifestou por meio da Nota Técnica SEI nº 5648/2024/MTE (3497128).

5.9.8. **Ressalta-se que Área Técnica manifestou-se novamente a favor da DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE em função do não atendimento aos critérios de qualificação exigidos nos itens 8.36.4, 8.36.14, 8.36.15, 8.36.16, 8.43.1.2.3, 8.43.1.3.1 e 8.43.1.3.2 do Termo de Referência.** Houve retificação somente quanto ao atendimento do item 8.36.9 do Termo de Referência, conforme justifica a Área Técnica:

(...)

O Recurso trouxe a mesma justificativa da Resposta - Diligência nº 01 - In Haus (3378919), onde se observou que não foi apresentada a documentação relativa ao item. É importante ressaltar que se fez-se a leitura de toda documentação, relativa aos seguintes arquivos : "8.36 Atestado de capacidade técnica Leonardo - BB Eletricista", "8.36 - Atestado de capacidade técnica CAT BB RJ Andaraí 2017", "8.36 - Atestado de capacidade técnica CAT BBDF PE 2014", "8.43.1.1 - CAT Robson Nunes - BB - DF 2020 - Civil" e "8.43.1.2 - CAT Alexandre - BB DF 2020", todos com relação de atuação ao Banco do Brasil. Embora a informação da recursante tenha sido genérica, sem indicar a qual atestado se deveria buscar o atendimento ao item, foram analisados todos os arquivos, e temos as seguintes informações contidas nos mesmos:

- 8.36 Atestado de capacidade técnica Leonardo - BB Eletricista: Pág 3: CAT nº 0720230002991: Execução Execução de operação Eletrotécnica Equipamentos Elétricos de no-break 11270.0000 quilovolt-ampère e Execução Execução de operação Eletrotécnica Sistemas de Energia Elétrica de subestação de energia elétrica - chaveamento 29250.0000 quilovolt-ampère. Não possui item "G";
- 8.36 - Atestado de capacidade técnica CAT BB RJ Andaraí 2017: Pág 3: Descrição e quantificação dos sistemas/aparelhos de climatização. Não possui item "G";
- 8.36 - Atestado de capacidade técnica CAT BBDF PE 2014: Pág. 3: Descrição de serviços de manutenção e descrição e quantificação dos sistemas/aparelhos de climatização. Não possui item "G";
- 8.43.1.1 - CAT Robson Nunes - BB - DF 2020 - Civil: Pág 3: Descrição do contrato. Não possui item "G";
- 8.43.1.2 - CAT Alexandre - BB DF 2020: Pág 3 Descrição do Contrato e sistemas mantidos. Identificamos na página 4, item "G" a descrição de manutenção em UPS de 11.270KvA.

Dessa forma, podemos considerar pelo disposto no documento "8.43.1.2 - CAT Alexandre - BB DF 2020" à pág 04 como **item atendido**, ficando retificada a informação.

5.9.9. **De qualquer forma, foram reforçadas as justificativas que levaram à inabilitação da RECORRENTE. Devido à natureza técnica dos itens que levaram a tal decisão, este pregoeiro não tem o que acrescentar, inexistindo fatos que levem a reformar sua decisão sobre o resultado de julgamento.**

5.10. Por outro lado, é imprescindível refutar as acusações apresentadas pela RECORRENTE acerca da ilegitimidade das exigências de comprovação de capacidade técnica, que, além de infundadas, são descabidas.

5.10.1. Primeiramente, é preciso deixar claro que os critérios de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional exigidos para o objeto do certame foram amplamente avaliados durante a fase de planejamento da contratação, sendo detalhadamente analisados pela Área Técnica, no Estudo Técnico

Preliminar e no Termo de Referência, publicados em conjunto ao Edital.

5.10.2. Ademais, não há registro de qualquer impugnação contra o Edital do Pregão nº 90007/2024. Tivemos apenas pedidos de esclarecimentos, que foram devidamente respondidos e publicados no site www.gov.br/compras (<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=40004505900072024>) e no portal do MTE (<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/2024>).

5.10.3. Ou seja, a RECORRENTE teve oportunidade de impugnar o Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, caso considerasse as suas exigências exacerbadas ou ilegais. Contudo, a RECORRENTE não tomou tal atitude, nem sequer apresentou pedido de esclarecimento durante a fase de publicação do Edital do pregão.

5.10.4. Ademais, a RECORRENTE registrou Declaração no sistema Compras.gov.br (3219301), com os seguintes termos:

i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

(...)

ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

(...)

5.11. Por fim, acerca das razões apresentadas pela RECORRENTE, temos que não houve equívoco na análise por parte deste pregoeiro e da equipe técnica, conforme demonstrado nesta peça.

5.12. Por todo o exposto, concluo que os argumentos trazidos pela RECORRENTE em sua peça recursal mostraram-se INSUFICIENTES para conduzir-me a reformar a decisão de ter inabilitado a RECORRENTE e, conseqüentemente, ter declarado vencedora do certame a empresa ARAÚJO ABREU ENGENHARIA S/A.

5.13. São anexos a este julgamento os seguintes documentos já citados:

SEI nº 3489848 - Anexo I - Desistência de intenção de recurso - Atlântico Engenharia LTDA;

SEI nº 3489862 - Anexo II - Razões de recurso apresentadas pela In Haus Industrial e Serviços de Logística S/A;

SEI nº 3489907 - Anexo III - Contrarrazões de recurso apresentadas pela Araújo Abreu Engenharia S/A;

SEI nº 3497128 - Anexo IV - Nota Técnica nº 5648/2024/MTE - Área Demandante sobre o recurso;

SEI nº 3441461 - Anexo V - Termo de Julgamento do Pregão Eletrônico nº 01/2023;

SEI nº 3379247 - Anexo VI - Despacho do Pregoeiro à CGENG, para análise das respostas recebidas em diligência.

SEI nº 3378919 - Anexo VI-A - Resposta - Diligência nº 01 - In Haus;

SEI nº 3378951 - Anexo VI-B - Anexo - Resposta Diligência nº 01 - In Haus;

SEI nº 3379635 - Anexo VII - Despacho CGENG com avaliação das respostas apresentadas pela licitante In Haus.

6. DECISÃO

6.1. As licitações devem ser realizadas com respeito ao princípio da vinculação ao Edital, ao princípio da legalidade, ao princípio do julgamento objetivo, dentre outros citados no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, e só se deve adjudicar o objeto à licitante que estiver em conformidade com todas as exigências

do Edital.

6.2. Assim, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa IN HAUS INDUSTRIAL E SERVICOS DE LOGISTICA S/A, CNPJ nº 05.208.211/0001-38, no processo licitatório referente ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 90007/2024, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo sua inabilitação, e consagrando a empresa ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A, CNPJ nº 33.373.325/0001-79, habilitada e vencedora no Pregão em comento.

6.3. Por fim, em observância ao que dispõe o §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, submeto a presente decisão à autoridade superior, o Senhor **Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade**, para apreciação e posterior decisão final.

Brasília, 03 de outubro de 2024.

Documento assinado eletronicamente

MÁRIO ROBERTO MELO SILVA

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Mario Roberto Melo Silva, Pregoeiro(a)**, em 03/10/2024, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=3508457&crc=AA3F35B1, informando o código verificador **3508457** e o código CRC **AA3F35B1**.

Referência: Processo nº 19958.100351/2023-33.

SEI nº 3508457